



## **Bandung e a Solidariedade Afro-Latino-Asiática: o nascimento, a crise e as possibilidades descoloniais da cooperação Sul-Sul**

*Bandung and Afro-Latin-Asian Solidarity:  
Birth, crisis and the decolonial possibilities of South-South cooperation*

Vico Melo<sup>1</sup>

**Resumo:** A “história oficial”, moldada pela colonialidade, costuma ocultar as peculiaridades e o impacto da solidariedade Afro-Latina-Asiática para as relações internacionais. Dessa forma, o artigo se propõe a trazer à luz do debate três grandes momentos importantes na política internacional produzidos e vivenciados no Sul global. O primeiro passou pela edificação e constituição da solidariedade na margem do sistema, que se iniciou nos anos 1950 e se estendeu até fins de 1970, figurando como momentos de extrema importância: a Conferência de Bandung (1955); a Conferência do Cairo (1961); a Conferência das Mulheres Afro-Asiáticas (1961); o Movimento dos Não-Alinhados (1961); a construção de uma Nova Ordem Econômica Internacional (1974) e a proposição para uma cooperação solidária entre os países periféricos, no Plano de Ação Buenos Aires (1978). Num segundo momento, houve um processo de arrefecimento das relações Sul-Sul, nos anos 1980 e 1990, devido às crises da dívida e a ideia da inexistência de alternativas ao neoliberalismo, “vitorioso” após a queda do Muro de Berlim. Por fim, o início do século XXI teve como cenário o renascimento da solidariedade Sul-Sul e o esforço em reformar o ordenamento internacional, que não estaria representando devidamente o interesse dos países periféricos. Portanto, se faz necessário compreender como tais movimentos no Sul global se organizaram, quais mudanças conseguiram promover no sistema, assim como o porquê das idas e vindas no sentido cooperativo do Sul global.

**Palavras-chave:** Bandung, Cooperação, Solidariedade, Sul global.

**Abstract:** The “official history”, shaped by coloniality, usually hides the peculiarities and the impact of Afro-Latin-Asian solidarity for international relations. In this way, the article aims to analyze in the light of the debate three major important moments in international politics, produced

---

1 Professor do Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

and experienced in the global South. The first passed by the building and constitution of solidarity on the margins of the system, which began in the 1950s and extended until the end of the 1970s, figuring as moments of extreme importance: the Bandung Conference (1955); Cairo Conference (1961); Afro-Asian Women Conference (1961); Non-Aligned Movement (1961); the construction of a New International Economic Order (1974) and the proposal for solidarity cooperation between peripheral countries, in the Buenos Aires Action Plan (1978). In a second moment, there was a process of decreasing South-South relations, in the 1980s and 1990s, due to the debt crises and the idea of the absence of alternatives to neoliberalism, “victorious” after the fall of the Berlin Wall. Finally, the beginning of the 21st century had as scenario the rebirth of South-South solidarity and the effort to reform the international order, which would not be properly representing the interests of peripheral countries. Therefore, it is necessary to understand how such movements in the global South were organized, what changes they managed to promote in the system, as well as the reason for the comings and goings in the cooperative sense of the global South.

**Keywords:** Bandung, Cooperation, Solidarity, global South.

### **Breves considerações iniciais**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e com o intuito de construir um ordenamento internacional que condissesse de forma mais real com as transformações que vinham ocorrendo na política internacional, através do aprofundamento das guerras de libertação e dos processos de descolonização na África e Ásia contra as antigas potências coloniais europeias, os países do Sul global viram como necessário aumentar os laços políticos como meio de se contrapor aos embates imperiais/coloniais existentes entre os dois grandes blocos de poder que se consolidavam no sistema internacional: Estados Unidos (bloco capitalista) e União Soviética (bloco comunista).

O aprofundamento das hostilidades entre os dois grandes blocos de poder e a inclusão dos países da periferia nessa espiral de violência entre Leste-Oeste, levou as sociedades periféricas a denunciar o imperialismo e o colonialismo promovidos pelas duas superpotências, assim como perceberam a necessidade em se construir um movimento que fizesse contraposição a essa lógica. Surgia, então, a denúncia da clivagem Norte-Sul como real promotora da exclusão e da desigualdade nas relações internacionais e responsável pela contínua intervenção das potências ocidentais nos países do Sul global, impondo seus interesses políticos, econômicos e culturais.

A solidariedade Sul-Sul viu o seu auge durante os anos 1950 e 1970, quando foram desenvolvidas diversas ações políticas de aproximação entre os povos, defesa da soberania e condenação do imperialismo ocidental contra os países do Sul global, a exemplo da Conferência de Bandung, do Grupo dos 77, do Movimento dos Não Alinhados e da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Em meados da década de 1980 e durante toda a década de 1990, as relações

Sul-Sul passaram por um processo de decadência, devido a diversos fatores econômicos e políticos, assim como da ascensão dos EUA como única potência global. Só no início do século XXI o Sul global veio a passar por uma renovação nas suas interações internacionais, formando coalizões contra-hegemônicas, novas instituições internacionais (para fazer frente as instituições ocidentais) e a ascensão de um grupo de países semiperiféricos com capacidade forçar novos temas, debates e embates no sistema internacional. Todavia, tal iniciativa acabou por entrar novamente em suspensão, devido a mudanças políticas e estruturais nos países periféricos e o aumento significativo do ideal neoliberal ao redor do globo.

### **De Bandung a Washington: da solidariedade Sul-Sul à imposição Norte-Sul**

O período compreendido a partir de meados do século XX pode ser considerado um dos momentos históricos mais marcantes nas relações internacionais contemporâneas, abrangendo por movimentos de libertação, lutas ideológicas, sociais, culturais e econômicas em níveis domésticos e globais, mas que infelizmente ainda não encontra o seu lugar de destaque nas disciplinas de Relações Internacionais e História. O embate nas relações internacionais migrava, pela primeira vez, da polarização entre “capital *versus* trabalho” (capitalismo x socialismo) para o problema do racismo e do colonialismo, exaltada durante a abertura da Conferência de Bandung, em 1955, por Sukarno: “Esta é a primeira conferência intercontinental dos povos de cor na História da humanidade. (...) Hoje o contraste é grande. Nossas nações e países não são mais colônias. Agora somos livres, soberanos e independentes. Somos, novamente, mestres em nossa própria casa”<sup>2</sup>.

Os movimentos precursores de Bandung resultaram das intensas lutas anticoloniais e anti-imperialistas que ocorriam em África e Ásia, entre os anos 1940 e 1950. Durante esse período, países como a Índia e o Paquistão (1947), Vietnã (1945), Filipinas (1946), Coreia e Malásia (1948), Líbia (1951) e Gana (1951, mas com libertação de fato em 1957) conquistaram suas independências a partir de guerras de libertação contra as potências coloniais europeias<sup>3</sup>. Para além disso, a Coreia se via completamente mergulhada numa guerra entre os dois blocos de poder, EUA e URSS<sup>4</sup>, o que impulsionou a realização da Conferência em 1955.

---

2 ASIAN-AFRICAN CONFERENCE. “Address given by Sukarno (Bandung, 18 April 1955)”. Em: **Asia-Africa speak from Bandung**. Jakarta: Ministry of Foreign Affairs, Republic of Indonesia, 1955. pp. 19-29. Disponível em: <<[http://www.cvce.eu/obj/address\\_given\\_by\\_sukarno\\_bandung\\_17\\_to\\_24\\_april\\_1955-en-88d3f71c-c9f9-415a-b397-b27b8581a4f5.html](http://www.cvce.eu/obj/address_given_by_sukarno_bandung_17_to_24_april_1955-en-88d3f71c-c9f9-415a-b397-b27b8581a4f5.html)>>. Acessado em: 29/04/2016.

3 PRASHAD, Vijay. *The Darker Nations: A People's History of the Third World*. London/New York: The New Press, 2007.

4 A China veio, posteriormente, a substituir a URSS que estava promovendo uma política de “distensão” com os países ocidentais. A China apoiou a Coreia do Norte a contragosto da URSS, pois não concordava com a bipolarização das relações internacionais, afirmando que sua luta era contra o imperialismo e o colonialismo.

Acerca dos processos de emancipação em África, Majhemout Diop<sup>5</sup> afirmava que os processos nacionalistas tiveram seu grande impulso durante o período da 2ª Guerra, impactados pela violência das políticas coloniais europeias. Enquanto isso, a grande “hipocrisia” do Ocidente foi sua completa rejeição ao nazi-fascismo, reafirmando os ideais dos direitos humanos e da filosofia iluminista de libertação do homem, mas, ao mesmo tempo, negando qualquer possibilidade de autonomia aos povos do Sul global, da qual Vijay Prashad exemplificou através da atuação francesa nos casos da Revolução Haitiana e das descolonizações pós- 2ª Guerra:

O regime francês não poderia permitir a sua lucrativa São Domingos vir a ser livre e não poderia permitir ao povo haitiano viver dentro do reino dos “Direitos do Homem” do Iluminismo. (...) A segunda traição veio logo após 1945, quando uma agredida França, recentemente liberada pelos Aliados, enviou suas forças para suprimir os vietnamitas, as índias ocidentais e africanos a que tinham sido seus sujeitos coloniais. Muitas dessas regiões enviaram tropas para lutar pela libertação da França e da Europa, mas eles retornaram para casa com as mãos vazias<sup>6</sup>.

Esse exemplo demonstra o quão excludentes eram as políticas implementadas pelas potências europeias, mesmo após uma luta fratricida contra o nazismo na Europa. Como Césaire afirmou em seu “Discurso sobre o Colonialismo”, a Europa se horrorizou com o nazismo, porque se aplicava pela primeira vez as barbáries infligidas em sua própria carne aquilo que se aplicava a séculos contra os povos não-brancos do Sul global<sup>7</sup>. Todavia, esse modo “modernizador” europeu acabou por inflar os movimentos políticos e sociais na periferia, da qual Diop escancarava que

O racismo europeu e a exploração imperial permaneceram quase idênticos, ao passo que a África se encontrava cada vez menos disposta a tolerar a sua própria humilhação. Este período viu se cristalizarem novas formas de resistência africana, notadamente: movimentos políticos, uma ebulição religiosa e cultural, uma nova atividade sindical, um crescimento dos movimentos grevistas, bem como a aparição do jornalismo político africano<sup>8</sup>.

A partir desses movimentos e do sentimento de solidariedade entre os povos afro-asiáticos, a Conferência de Bandung começava a ser formatada, resultando na participação de vinte nove países e de delegações de movimentos de libertação afro-asiático. Pela primeira vez na História era afirmada uma conferência entre povos da periferia propondo outro tipo de ordenamento internacional, em que os sujeitos periféricos, até então ocultos, seriam visibilizados e promoveriam sua própria história. De acordo com Christopher Lee “a escolha de uma metrópole fora do Ocidente marcou um ponto de partida simbólico daquele antecedente Liga Pan-Africana Contra o

---

5 DIOP, Majhemout. “A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português”. In: MAZRUI, Ali A. *História Geral da África: África desde 1935*. v. 8, Brasília: Unesco, 2010.

6 PRASHAD, op. cit., 03.

7 CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre el Colonialismo*. Madrid: Akal, 2006.

8 DIOP, op. cit., p. 87.

Imperialismo, destacando a nova esfera geográfica de autonomia encontrada no nascente mundo pós-colonial”<sup>9</sup>.

As principais ideias e discursos durante a Conferência se basearam na condenação do imperialismo promovido tanto pelo bloco estadunidense quanto pelo soviético, afastando países que permitiam as políticas imperiais promovidas por esses dois blocos, a exemplo de Israel e África do Sul – com sua política de Apartheid. Todavia, a participação dos países periféricos não representava uma homogeneidade nas ações políticas no meio internacional, mas sim a busca por um discurso e uma ação que promovesse a unidade dentro da diversidade política, cultural e econômica existente nessas sociedades. De acordo com Elikia M’Bokolo, as relações afro-asiáticas e a Conferência de Bandung mostravam "ao mundo inteiro que os 'povos de cor' podiam não só tomar o seu destino nas próprias mãos mas também participar plenamente no destino do mundo", em que "Jawaharlal Nehru falou de 'emergência na cena internacional de mais de metade da população mundial'" e "Léopold Senghor evocou 'a morte do complexo de inferioridade dos povos colonizados'"<sup>10</sup>.

Para além da contraposição à bipolarização, as nações participantes em Bandung lutavam pela coexistência pacífica, pelo desarmamento das grandes potências, pela autodeterminação dos povos e o respeito às soberanias nacionais dos países recém-independentes. Após a iniciativa de Bandung, houve uma grande concatenação de ações políticas entre o Sul global, como a criação do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) e da Conferência de Mulheres Afro-Asiáticas, em 1961, da Conferência Tricontinental, em 1966, e o Plano de Ação de Buenos Aires, em 1978. Essas conferências e convenções entre os países do Terceiro Mundo tiveram resultados práticos, a exemplo da carta constitutiva da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em 1957, da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1960, e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964 – que resultou numa *Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI)*, em 1974.

### **Cairo, Mulheres e o Movimento dos Não-Alinhados**

Esse período de grande conturbação internacional, de luta entre os dois blocos de poder e a ascensão do “Terceiro Mundo” como um bloco, demonstrava que as relações internacionais podiam se mover para além do que as potências hegemônicas tentavam impor. A Conferência de Mulheres Afro-Asiáticas foi uma mostra disso, em que se colocavam a favor das lutas de libertação, em primeiro plano, e, num segundo plano – mas não menos importante – lançavam a luta das mulheres

---

9 LEE, Christopher J (Ed.). *Making a World After Empire: The Bandung Moment and Its Political Afterlives*. Ohio: Ohio University Press, 2010. p. 12.

10 M’BOKOLO, Elikia (2011), *África negra: história e civilizações*. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas. Tomo II. p. 576.

do Sul global contra o patriarcalismo e por direitos iguais<sup>11</sup>. De acordo com Sha'rawi, as delegações europeias, durante a Conferência Internacional das Mulheres, ocorrida em Roma, em 1924, acreditavam que as mulheres egípcias – no caso dela – deveriam continuar sendo “românticas e heroínas ignorantes dos escritores europeus”, demonstrando completo desconhecimento sobre as lutas feministas no mundo colonial. Outra feminista egípcia, Ceza Nabaraoui, havia escrito que “seu programa magnífico se dirige somente para certos povos do Ocidente”<sup>12</sup>, se mostrando de maneira clara que a luta não era só contra o patriarcalismo, mas também contra o colonialismo e o imperialismo.

Tal conferência, voltada às mulheres afro-asiáticas, não surgiu única e exclusivamente a partir de Bandung, mas sim dos diversos movimentos feministas que ascenderam no início do século XX, a exemplo da União Feminista Egípcia (EFU) e das lutas feministas e anticoloniais ocorridas no Egito, Irã, China, Argélia, Indonésia, Gana e África do Sul<sup>13</sup><sup>14</sup>. Entretanto, é importante ressaltar que foi a partir de Bandung e da luta dos povos do Sul global que se pôde promover a concretização da conferência em 1961, da qual Laura Bier afirmou que “a supressão daquelas lutas tenderam a reproduzir uma trajetória histórica do feminismo que situa a Europa e EUA como a origem e o lócus do pensamento e prática feminista, e o Sul global como consumidor passivo”, sendo de extrema importância restaurar “Bandung como um momento formativo na História dos feminismos globais, desafiando ambas assunções”<sup>15</sup>.

A Conferência de Mulheres Afro-Asiáticas, ocorrida em 1961, é um dos grandes exemplos de quão invisibilizada continua sendo a História dos povos subalternos – e femininos, colocando-as numa situação de dupla subalternidade, por serem do Sul global e mulheres! Tal conferência é praticamente desconhecida nas discussões teóricas e históricas em Relações Internacionais sobre os feminismos, o que demonstra um completo desinteresse – um desinteresse interessado – dos debates feministas ocidentais (hegemônicas) acerca daqueles levantados pelas mulheres afro-asiáticas. A luta não poderia ser somente antipatriarcal para as mulheres colonizadas, mas também uma luta anticolonial de libertação contra a opressão externa e a hierarquização entre povos, em que as mulheres não fossem sujeitos passivos de sua própria história.

---

11 PRASHAD, op. cit.

12 PRASHAD, op. cit., p. 55.

13 Esses diversos movimentos feministas que ocorreram nesses países, foram brutalmente perseguidos e massacrados pelas forças coloniais. Sobre protesto ocorrido em 1919, no Egito, Prashad (2007: 54) relata: “as mulheres de todas as classes tomaram as ruas do Cairo para protestar contra a repressão britânica, em demonstrações contra um Egito livre. (...) Os britânicos deixaram de lado suas boas maneiras e dispararam contra as mulheres radicais. Muitas das mulheres morreram (...)”.

14 BIER, Laura. “Feminism, Solidarity, and Identity in the Age of Bandung: Third World Women in the Egyptian Women’s Press”. Em: Lee, Christopher J. *The Bandung Moment and Its Political Afterlives*. Ohio: Ohio University, 2010.

15 BIER, op. cit., 150.

No mesmo ano também surgia um novo grupo na política internacional, formado exclusivamente por países do Sul global: o Movimento dos Não Alinhados (MNA). Após a tentativa de supressão por tropas anglo-franco-israelenses contra o projeto de nacionalização tocado por Gamal Abder Nasser no Canal de Suez, em 1956, os países periféricos perceberam a importância da criação de um movimento concatenado, de nível Sul-Sul, com intuito de pressionar de forma mais efetiva a mudança na ordem mundial. O MNA teve como princípio a reafirmação de solidariedade com as lutas anticoloniais em África e Ásia, a denúncia à desigualdade econômica e social e às políticas intervencionistas das grandes potências no Sul global. Alguns dos grandes idealizadores foram Jawaharlal Nehru da Índia, Gamal Abdel Nasser do Egito e Josip Tito da Iugoslávia.

De acordo com Prashad “Brijuni era a Yalta do Terceiro Mundo”<sup>16</sup>, fazendo uma alusão entre a reunião feita em 1945 por Stalin, Roosevelt e Churchill, que iriam decidir sobre a futura repartição da Europa e das áreas de influência a serem distribuídas entre eles no pós-guerra e em alusão a reunião que antecederia a conferência dos países não alinhados, entre Tito, Nasser e Nehru, em 1956, que discutiriam o falhanço da imposição das esferas de influência pelas três grandes potências. O Movimento dos Não Alinhados teve a capacidade de abrir mais uma janela de oportunidade para os países da periferia ao expor suas perspectivas e denúncias do *modus operandi* do sistema mundo moderno colonial.

Dentre os diversos apoios importantes do MNA, encontram-se aqueles empreendidos às lutas de libertação na Guiné-Bissau, na Argélia<sup>17</sup> e nas colônias portuguesas em África. Com as suas atividades práticas de apoio, assim como por um discurso demonstrando as relações desiguais e hierárquicas no sistema mundo, o Movimento dos Não Alinhados teve como relevância a adição de uma agenda "moral" nas relações internacionais, baseada na coexistência pacífica entre as nações e por um ordenamento mais justo. Sua atuação nas Nações Unidas, aprovando resoluções para que as duas potências voltassem a debater a questão do apaziguamento, durante a escalada nuclear provocada pela crise dos mísseis entre Cuba e URSS e os EUA, acabaram por demonstrar a unidade nas votações na Assembleia Geral da ONU e suas condenações no contexto internacional.

A tudo isso, foi proposta pelos países não alinhados e aprovada na Assembleia Geral a expansão do Conselho de Segurança da ONU, até então composto por cinco membros permanentes: China, Inglaterra, Estados Unidos, França e União Soviética. De acordo com Prashad

Em 1963, *thedarkernations* propuseram que a dimensão do Conselho de Segurança e o Conselho Econômico e Social deveriam ser expandidos, com especial consideração para a representação de duas áreas sub-representadas da África e Ásia (Resoluções da Assembleia Geral da ONU 1990 [XVIII], 1991 [XVIII] e 1992 [XVIII]). A

---

16 PRASHAD, op. cit. 95.

17 Na Argélia, os casos mais clássicos foram os apoios políticos, econômicos e militares recebidos pela Frente de Libertação Nacional (FLN), dados pelo Egito e Iugoslávia, um dos fundadores do MNA em 1961.

Resolução 1991 aumentou os membros *não-permanentes* para dez, com cinco da África e Ásia, dois da América Latina, um do Leste Europeu e dois da Europa Ocidental; estes não teriam poder de veto<sup>18</sup>.

Os anos 1970 também foram marcados pela disputa acirrada entre o Sul e o Norte global, tendo como desdobramentos de grande relevância a Guerra do Yom Kipur no Oriente Médio, a queda do fascismo na Espanha e em Portugal - levando ao fim o colonialismo português na Ásia e África - as intervenções militares na América Latina financiada pelos EUA e a Revolução Iraniana. Esses acontecimentos tiveram um forte impacto nas relações internacionais, aprofundando ainda mais a clivagem entre o Norte e o Sul. Desses acontecimentos se alastrou o sentimento de solidariedade Sul-Sul, principalmente em consonância com a utilização estratégica dos recursos naturais como meio de pressão internacional e a definição de um novo ordenamento econômico global.

### **Em Busca de uma Nova Ordem Econômica Internacional**

Percebendo as inúmeras intervenções políticas, econômicas e militares pelos dois blocos hegemônicos de poder, tendo atingido o seu ápice a partir da Guerra do Yom Kipur, em que Israel invade e destrói as forças militares dos países árabes vizinhos com suporte estadunidense, a OPEP decide controlar a produção e os preços do petróleo. O choque do petróleo, baseado no aumento de quase 400% no preço do barril e o embargo a países da Europa ocidental e aos EUA, promovido em 1973, acabou surpreendendo os países do Norte global com suas economias bastante dependentes desse recurso natural, da qual 80% da produção mundial se localizavam nos países da OPEP. O ano de 1979 foi outro momento importante em que os países produtores de petróleo utilizaram seu poder estratégico, devido ao desenrolar da Revolução Iraniana e da guerra entre Irã e Iraque, financiada e incitada pelos EUA<sup>19</sup>.

É interessante observar que no período anterior à crise do petróleo de 1973, especificamente a partir de 1962, houve a aprovação de uma “Resolução nº 1.803 (XVIII)”, na ONU, que afirmava o princípio da “soberania permanente” dos Estados sobre seus recursos naturais, legitimando a possibilidade de nacionalização dos recursos naturais, ou seja, “o direito inalienável dos Estados à soberania permanente sobre os recursos naturais”<sup>20</sup>. A resolução aprovada na ONU dava liberdade aos países periféricos para determinarem soberanamente as melhores formas de promoverem o seu

---

18 PRASHAD, op. cit., 103.

19 A revolução no Irã foi se construindo desde a eleição democrática de Mohammad Mosaddeq, em 1953, e sua derrubada no mesmo ano, financiada e orquestrada pela CIA, resultando na tomada de poder do Xá Pahlevi, que governaria de forma autoritária o Irã até 1979. Entre fim de 1978 e início de 1979 se deram os passos para a derrubada da monarquia do Xá Pahlevi. Melhor compreensão, ver: Prashad (2007).

20 TRINDADE, Antônio Caçado. “As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional”. *Revista de Informação Legislativa*, nº 81, 1984, p. 214.



desenvolvimento, além de deixar a cargo do direito interno de cada país os procedimentos de expropriação e possíveis indenizações às empresas que fossem atingidas. Num dos casos emblemáticos

quando da discussão do caso *Kennecott versus Chile*, os oito países latino-americanos representados na Junta da UNCTAD, invocando a Resolução nº 1.803 (XVII) da Assembleia Geral da ONU (supra), após defenderem a competência daquele órgão para examinar a matéria, apresentaram um projeto de resolução sustentando que a questão da nacionalização era de responsabilidade do direito interno do país em questão, cabendo a este último fixar o montante da compensação e o procedimento para as medidas de expropriação; a chamada 'resolução latino-americana' foi adotada (após revista pelos patrocinadores) pela Junta de Comércio e Desenvolvimento por 39 votos a favor, 2 contra, e 23 abstenções<sup>21</sup>.

Para além dos choques do petróleo no mercado internacional, teve um impacto profundo a aprovação na Assembleia Geral da ONU por uma NOEI, em 1974, pressionada pelos países do Movimento dos Não Alinhados. Os países não alinhados viam como fracassadas as estratégias postas em prática pelos países industrializados de promoverem o desenvolvimento internacional, necessitando de um novo modelo econômico e de outras formas de cooperação que pudesse agregar um real desenvolvimento aos países periféricos. Dentre os grandes debates sobre uma nova ordem econômica, encontrava-se o dissenso entre os países não alinhados, que defendiam as resoluções de 1972 e 1973 aprovadas na ONU, acerca das expropriações de empresas pelos Estados, e os países centrais, que não aceitavam as regras estabelecidas pela UNCTAD, por verem que suas empresas multinacionais poderiam incorrer em problemas jurídicos.

Foi na cimeira desses grandes debates que a aprovação da resolução de uma Nova Ordem Econômica Internacional, na ONU, agregou antigas resoluções sobre a soberania em relação aos recursos naturais e da permissão para expropriação de empresas estrangeiras em prol do desenvolvimento nacional, assim como propôs a necessidade da transferência de recursos e tecnologias dos países do Norte global para os do Sul global, que “em essência era uma proposta pela reestruturação do sistema global para reparar os desequilíbrios entre o mundo desenvolvido e o menos desenvolvido”<sup>22</sup>. Dentre suas propostas, destaco dois artigos da Resolução 3.281 (XXIX), aprovado em 1974:

Artigo 2 – Todo Estado tem e deve exercer livremente sua completa soberania permanente, incluindo posses, usos e disposições sobre toda sua riqueza, recursos naturais e atividades econômicas. Cada Estado tem o direito: a) Regular e exercer autoridade sobre investimentos estrangeiros dentro de sua jurisdição nacional em acordo com suas leis e regulamentos e em conformidade com suas prioridades e objetivos nacionais. (...) c) Nacionalizar, expropriar ou transferir propriedade de

21 TRINDADE, op. cit., 216.

22 CHATUVERDI, Sachin. “Development cooperation: contours, evolution and scope”. Em: CHATUVERDI, Sachin; FUES, Thomas; SIDIROPOULOS, Elizabeth (Eds) (2012) *Development Cooperation and Emerging Powers: New Partners or Old Partners?* London/New York: Zed Books. 2012. p. 17.

bens estrangeiros, caso em que a compensação apropriada deveria ser paga pelo Estado, adotando certas medidas, tomando em conta suas leis e regulamentos relevantes e todas as circunstâncias que o Estado considere pertinente.

Artigo 17 – (...) Todo Estado deve cooperar com os esforços dos países em desenvolvimento para acelerar seu desenvolvimento econômico e social, providenciando condições externas favoráveis e estendendo ativa assistência para eles, consistente com suas necessidades e objetivos de desenvolvimento com o estrito respeito para a igualdade soberana do Estado e liberdade de quaisquer condições depreciativas de sua soberania<sup>23</sup>.

Foi igualmente central no dossiê NOEI, a reivindicação do princípio da *discriminação positiva* dos países em desenvolvimento, através da prática de preferências comerciais, contra a regra liberal do “tratamento da nação mais favorecida” prevalecente no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), desde 1947. A periferia ia formatando novas formas de pensar e praticar a cooperação internacional, rechaçando políticas que interferissem nas políticas de desenvolvimento nacionais e nos interesses estratégicos de cada Estado.

A lógica da cooperação horizontal era uma clara busca de distinção da cooperação promovida pelos países ocidentais para os países periféricos, convencionada de cooperação Norte-Sul, onde existia uma série de condicionalidades impostas ao país recipiendário para a aprovação dos acordos de cooperação. Essas inúmeras convenções e resoluções aprovadas pelos países periféricos começavam a abrir espaço para a aprovação de uma nova forma de cooperação internacional, consolidada e aprovada, em 1978, por 138 países em que convencionou chamar: “O Plano de Ação Buenos Aires” ou “Plano de Ação para Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento” (CTPD).

O Plano de Ação Buenos Aires visou regulamentar e dar vistas à cooperação promovida entre os “países em desenvolvimento”, em que se estabelecesse a troca de conhecimentos, transferência técnica e tecnológica como os principais pontos a serem implementados na cooperação Sul-Sul. Para além disso, o plano de ação também visava estender suas perspectivas para todas as formas de cooperação, de preferência aquelas promovidas entre o Norte e o Sul global. Após a contundente aprovação dos 138 países do plano de ação, na conferência ocorrida na Argentina, a Assembleia Geral da ONU também aprovou seus termos e “convidou” as demais nações a buscarem implementar os seus objetivos, dentre os quais destaco três como sendo os principais:

- a) Promover a autossuficiência dos países em desenvolvimento através da valorização de suas capacidades criativas para encontrar soluções para os seus problemas de desenvolvimento, condizente com suas próprias aspirações, valores e necessidades especiais;
- b) Promover e fortalecer a autossuficiência coletiva entre os

---

23 Disponível em:

<<[http://www.aaas.org/sites/default/files/SRHRL/PDF/IHRDArticle15/Charter\\_of\\_Economic\\_Rights\\_and\\_Duties\\_of\\_States\\_Eng.pdf](http://www.aaas.org/sites/default/files/SRHRL/PDF/IHRDArticle15/Charter_of_Economic_Rights_and_Duties_of_States_Eng.pdf)>>. Acessado em: 09/05/2016.

países em desenvolvimento, através das trocas de experiências, a partilha, o intercâmbio e utilização de seus recursos técnicos e o desenvolvimento de suas capacidades complementares; (...) f) Incrementar e melhorar as comunicações entre os países em desenvolvimento, levando a uma maior consciência dos problemas comuns e mais amplo acesso ao conhecimento e as experiências disponíveis, bem como a criação de um novo conhecimento em resolver os problemas do desenvolvimento<sup>24</sup>.

Apesar da aprovação do Plano de Ação Buenos Aires, o fim da década de 1970 representou um dos últimos suspiros dos países periféricos na luta por um ordenamento internacional mais justo e igualitário, em que se respeitassem as políticas domésticas de cada Estado. Com as crises financeiras provocadas na década de 1970, a mudança do sistema Breton Woods, a subida unilateral das taxas de juros pelos EUA, mais as crises do petróleo e os golpes de Estado financiados e promovidos pelos Estados Unidos na América Latina e Oriente Médio, os países periféricos começaram a ver suas políticas de desenvolvimento esvaziadas. Após o aumento dos juros promovidos pelos EUA, os países da periferia viram crescer de forma contundente as dívidas externas em seus Estados, promovendo uma desestruturação econômica e social.

### **Crises da Dívida Externa e o Consenso de Washington**

A década de 1980 foi marcada pelas crises das dívidas externas nos países do Sul global, provocando altas taxas de desemprego, superinflação, queda nas atividades econômicas e diminuição da capacidade de negociação nas relações internacionais. De uma intensa troca de ideias e capacidades entre os países periféricos dos anos 1950 aos 1970, as duas décadas seguintes foram marcadas pelo esvaziamento da solidariedade Sul-Sul e uma introjeção das preocupações com as questões domésticas. Transpassava a lógica desenvolvimentista, da busca do desenvolvimento através da percepção de seus problemas e capacidades domésticas, para uma lógica neoliberal, tendo como eixos principais: o processo de desestatização da economia, impulsionado através da venda de empresas públicas; a abertura comercial através da diminuição das tarifas alfandegárias ou a supressão de barreiras técnicas; a descentralização estatal a partir dos órgãos administrativos, como forma de possibilitar maior participação popular e diminuir a corrupção no seu interior<sup>25</sup>.

O ano de 1989 marcaria aquilo que Francis Fukuyama interpretou triunfalmente como “O fim da História” com a queda do Muro de Berlim, a consequente fragmentação do bloco soviético e uma reunião promovida por um grupo de economistas e funcionários de instituições financeiras

---

24 Disponível em:

<<<http://ssc.undp.org/content/dam/ssc/documents/Key%20Policy%20Documents/BAPA.pdf>>>. Acessado em: 09/05/2015.

25 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “As políticas neoliberais e a crise na América do Sul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 45, n. 2, 2002. LOPES, Carlos. “Crescimento econômico e desigualdade: As novidades pós-Consenso de Washington”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 94, 2011.

multilaterais ocorridas em Washington, ficando conhecida como “Consenso de Washington”. O Consenso visava lançar um receituário econômico fundamentado no neoliberalismo, com intenções de promover uma solução definitiva aos problemas da dívida externa e inflação galopante nos países periféricos, especialmente na América Latina e África. As conclusões principais, ao fim da reunião, foram propostas de reformulação do Estado através de reformas administrativas, disciplina fiscal, privatizações de empresas estatais e serviços públicos e liberalização comercial, pois qualquer forma de intervenção estatal seria danosa à economia e a sociedade<sup>26</sup>.

Com o esgotamento dos modelos desenvolvimentistas no Sul global, assim como do esfacelamento do bloco soviético, os países do “Terceiro Mundo” veriam diminuir de forma acentuada o seu protagonismo nas relações internacionais, sofrendo pressões domésticas referentes a problemas econômicos e sociais e pressões externas do Norte global, exigindo reformas administrativas e econômicas nos países da periferia<sup>27</sup>. Durante quase duas décadas as relações Sul-Sul foram praticamente esvaziadas e seus grupos políticos silenciados, movendo-se de uma lógica de embates no contexto internacional para a crença da inevitabilidade de alternativas no sistema internacional, através de uma política de alinhamento com os países centrais.

Nesse sentido, os anos 1990 foram marcados por grandes transformações no sistema internacional e pela ascensão hegemônica do bloco ocidental, comandada pelos Estados Unidos que ascendia sem a contestação de outros grupos ou blocos de poder nas relações internacionais, assolados à época por crises sistêmicas. A agenda das organizações internacionais criadas em Bretton Woods foi completamente inserida na lógica neoliberal de *ajustamento estrutural*, impondo aos países do “Terceiro Mundo” a aplicação de tais receituários como meios de sanarem os problemas econômicos internos. De acordo com Prashad

Gradualmente, o FMI criou procedimentos de ‘accountability’ e punição (...). Estados fora do G-7 que tomaram dinheiro do FMI têm sido submetidos a uma total reforma de suas relações políticas e econômicas. Em março de 1980, o Banco Mundial classificaria estas políticas com um nome, ‘Empréstimo de Ajustamento Estrutural’, da qual poderia também ser chamada de Política de Ajustamento Estrutural<sup>28</sup>.

O discurso da solidariedade Sul-Sul, ou da política “terceiro-mundista”, foi modificado pela ideia de que não havia alternativas para além dos ideais liberais, em que o verdadeiro desenvolvimento só poderia ser alcançado a partir da aplicação concreta do Consenso de

---

26 BANDEIRA, op. cit.; LOPES, op. cit.

27 MILANI, Carlos. “Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul”. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, 2012.

28 PRASHAD, op. cit., 232.

Washington. Do discurso da clivagem Norte-Sul existente entre 1950 e início dos anos 80, os anos noventa passaram a ser caracterizados por uma exaltação da interdependência econômica<sup>29</sup>.

Todavia, a última década do século XX foi marcada por intensas crises sociais e econômicas nos países periféricos, em vista da aplicação impositiva de uma lógica econômica e social de “cima para baixo”, sem levar em conta os diferentes contextos existentes no Sul global. A gravíssima deterioração social, política e econômica do Sul global atingiu expressões mais dramáticas em situações como: Guerra do Golfo em 1991; o genocídio de Ruanda em 1994; a crise econômica mexicana de 1995; a crise econômica asiática de 1997; crise econômica russa de 1998; a crise cambial brasileira de 1999; e a crise argentina de 2001. Essas crises vieram a despertar um pensamento de que as alternativas eram possíveis e necessárias para além do *status quo* existente à época.

### **(Breve) Renascimento do Espírito de Bandung? As Relações Sul-Sul no Século XXI**

Foi a partir da não aceitação de uma hegemonia única que diversas nações e regiões do Sul global começaram a promover mudanças nos quadros políticos, econômicos e sociais, resgatando o discurso de uma solidariedade Sul-Sul como meio de prover um desenvolvimento real aos povos subalternizados. Dentre as mudanças mais evidentes, que impactariam sobremaneira as relações internacionais no século XXI, estão aquelas ocorridas na América Latina, Sul/Sudeste Asiático e em África a partir de pressões populares ou de mudanças de percepções de grupos políticos e econômicos nas estruturas (não)governamentais, levando à formação de coalizões multilaterais de níveis Sul-Sul e fortalecimento dos processos de integração regionais nesses contextos. Boa parte do discurso que reafirma a cooperação Sul-Sul no século XXI fundamenta-se

no pressuposto de que países em desenvolvimento podem e devem cooperar [entre si] a fim de resolver os seus próprios problemas políticos, econômicos e sociais com base em identidades compartilhadas (ex-colônias, status econômico, experiência histórica etc.), esforços comuns, interdependência e reciprocidade<sup>30</sup>.

Outra característica que se apresenta na Cooperação Sul-Sul é a ausência “de qualquer tipo de condicionalidades macroeconômicas e de seguir prazos estritamente definidos”<sup>31</sup>, diferenciando-se das cooperações Norte-Sul. Foi nesse sentido que se desenvolveram inúmeras coalizões Sul-Sul, com intenções de reformar e modificar o sistema político e econômico internacional, baseando-se em três níveis: multilateral, a exemplo do G-20 comercial e financeiro; o inter-regional, como o

---

29 Adentrava a lógica de que no sistema internacional não existiria mais a completa dependência de uma nação a outra, mas que a partir da globalização econômica e técnico-científica, as relações internacionais se tornaram interdependentes, no sentido de que nenhuma nação estaria fora de uma rede de dependências – algumas mais dependentes que outras, mas sem caracterizar uma hegemonia completa.

30 MILANI, op. cit., 227.

31 CHATUVERDI, op. cit., 28.

Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e o Grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS); e o regional, com a criação e o fortalecimento de alianças como a União de Nações Sul Americanas (UNASUL), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII)<sup>32</sup>. Essas ações na política internacional não podem automaticamente indicar uma ideia de homogeneidade na cooperação Sul-Sul, mas sim uma busca no âmbito do discurso que leve a certas unidades práticas no meio internacional. Como bem afirmou Milani sobre a diversidade do Sul global:

os países selecionados apresentam diferenças em termos de desenho institucional de suas políticas de CSS, de comportamento multilateral, tamanho de suas respectivas economias, inserção regional, modelo produtivo e de desenvolvimento, assim como de suas respectivas políticas domésticas, em alguns casos mais pluralistas que em outros<sup>33</sup>.

É importante ressaltar que a formação de coalizões internacionais também visa a obtenção de benefícios e de graus de lideranças políticas no sistema internacional. No entanto, as coalizões Sul-Sul, muito difundidas durante o período da Guerra Fria e no período atual – de contínua ascensão – se baseiam de maneira contundente num interesse compartilhado de contra-hegemonia. A participação de países intermediários nas coalizões Sul-Sul, convencionados na literatura de Relações Internacionais como “semiperiféricos” ou “potências emergentes”, se dá na expectativa de ter maior liberdade de atuação global e na perspectiva de não subordinação às grandes potências, garantindo maiores graus de liderança política<sup>34</sup>.

### **As Coalizões Sul-Sul (Inter)Regionais e Multilaterais na Primeira Década do Século XXI**

O ano de 2003 pode ser considerado importante no processo de ascensão e consolidação dos embates a nível Norte-Sul concatenados pelos países do Sul global. Foi nesse período que nasceram grupos de contestação ao *status quo* nas relações internacionais, considerando não ser mais possível a manutenção de políticas e projetos que levassem a perda de capacidades políticas e econômicas dos países periféricos. A construção desse ideal acabou por resultar na constituição do IBAS e do G-20 comercial, em que o primeiro, respectivamente, conhecido como G-3, foi instituído através da Declaração de Brasília, em 2003, exaltando a similaridade entre Brasil, Índia e África do Sul,

---

32 O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura pode ser considerado uma relação em nível regional e multilateral, pois apesar de ter sido criado em âmbito regional, obteve a participação de países de todos os continentes na constituição formal do banco, em 2015.

33 MILANI, op. cit., 225.

34 OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. “Alianças e Coalizões Internacionais do Governo Lula: o Ibas e o G-20”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 08, nº 02, pp. 55-69, 2005. OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel de. “Multilateralismo: Brasil, Índia e África do Sul”. *Contexto Internacional*, vol. 28, nº 02, pp. 465-504, 2006.

caracterizados por grandes regimes democráticos, multiétnicos, multiculturais e de relevância política e econômica em suas regiões. Os países constituintes da Declaração de Brasília

destacaram a prioridade atribuída pelos três Governos à promoção da inclusão e equidade sociais, por meio do apoio à agricultura familiar, da implementação de políticas eficazes de combate à fome e à pobreza, e da promoção da segurança alimentar, da saúde, da assistência social, do emprego, da educação, dos direitos humanos e da proteção do meio ambiente. Recordaram que a superação da exclusão social, ao gerar condições para o melhor aproveitamento do potencial dos seres humanos, contribui de maneira significativa para o desenvolvimento econômico”. (...) comprometeram-se a estudar um programa trilateral de assistência alimentar.<sup>35</sup>

Na declaração que constituiu o Fórum IBAS, os três países percebiam como necessário o combate à desigualdade social e à fome, identificados como as causas principais dos entraves para o desenvolvimento nos países periféricos, assim como nos seus respectivos contextos domésticos. Por enfrentarem problemas comuns, como forte desigualdade social, pobreza elevada e fome, essas nações poderiam trocar conhecimentos e políticas públicas implementadas nas diversas áreas administrativas que pudessem levar a diminuição da desigualdade, assim como a um desenvolvimento mais justo em suas sociedades. Foi nessa perspectiva que, em 2004, o G-3 criou o Fundo para o Alívio da Pobreza e da Fome, voltado a cooperação Sul-Sul em infraestrutura social – saneamento, saúde, educação e cultura – e compartilhando a responsabilidade administrativa com o PNUD<sup>36</sup>.

Por outro lado, pesou para a criação do IBAS as pressões sofridas por esses países desde 1997 e intensificadas nos primeiros anos do século XXI pelo governo republicano de George W. Bush nos Estados Unidos – devido às pressões das indústrias farmacêuticas – contra as políticas de licença de compulsório em caso de emergência pública, existentes no Brasil e África do Sul e utilizada no combate ao HIV/AIDS<sup>37</sup>. De acordo com Oliveira os EUA “em abril de 1999, inseriram a África do Sul na lista de observações (*watch list*) da *Special301*” e no ano 2000 “o Brasil foi inserido na *Section 301 Watch List*, acusado de ser ‘desrespeitador de patentes’”<sup>38</sup>, o que demonstrava o peso econômico e político promovidos pelos conglomerados dos fármacos nas políticas externas dos países centrais.

Com a aproximação entre Índia – grande produtor de genéricos e detentor de *know-how* – Brasil e África do Sul, esses países perceberam que a necessidade e dignidade dos povos estavam

---

35 Declaração de Brasília ocorrida em 06 de julho de 2003. Disponível em: <http://www.forumibsa.org/>. Acessado em: 05/04/2015.

36 O Fundo IBAS recebeu em Nova Iorque, em 2010, o prêmio “Millennium Development Goals”, concedida pela “Millennium Development Goals Awards Committee” – ONG que busca as Metas do Milênio – em reconhecimento de seu papel na Cooperação Sul-Sul. Maiores informações, ver: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/fundo-ibas-recebe-o-premio-2010millennium-development-goals2010>.

37 OLIVEIRA, op. cit.

38 OLIVEIRA, op. cit., p. 03-04.

acima dos lucros das indústrias farmacêuticas, resultando em forte pressão aos EUA através da opinião pública internacional e por diversas ONGs internacionais, levando-os a recuar de sua posição de confrontação. A diplomacia do G-3 conseguiu expor os graves problemas existentes nos países da África Austral, devido ao elevado número de casos de HIV/AIDS na população e intensificado pelo alto preço cobrado pelas farmacêuticas em relação aos coquetéis de antirretrovirais. Nesse sentido, os Estados Unidos se viram impelidos a retirarem da *Watch List* do *United States Trade Representative* a acusação de quebra de propriedade intelectual dos medicamentos antirretrovirais contra o Brasil e a África do Sul. Esse recuo estadunidense demonstrou a importância da ação política inter-regional que “serviu como pano de fundo para o relançamento de alianças Sul-Sul na política internacional”<sup>39</sup>.

No âmbito multilateral, o G-20 – grupo formado pelas maiores economias dos países do Sul global<sup>40</sup> – foi sendo formatado em paralelo ao Fórum IBAS, devido ao contencioso na rodada comercial ocorrida em Cancun, em que os países centrais visavam aprofundar as políticas de liberalização de serviços e comércio no mercado internacional. Para o grupo de países do G-20, especialmente Brasil, Índia e China, o processo de liberalização das pautas dos países industrializados só seria possível caso houvesse, em primeiro plano, a liberalização do comércio agrícola e o fim dos subsídios agrícolas nos mercados domésticos do Norte global<sup>41</sup>. Como não houve consenso sobre os termos a serem acertados nas propostas entre os países centrais e periféricos, a rodada acabou por “fracassar”.

Para os países do G-20, o fracasso poderia ser considerado uma vitória, pois não permitia nenhum passo a mais no processo de abertura dos mercados dos países mais vulneráveis economicamente em favor dos países centrais. Essa coalizão Sul-Sul veio a modificar os debates na esfera da OMC, concentrando as discussões na temática da agricultura, convencionada como “Agenda de Desenvolvimento de Doha”. Apesar da diversidade de atores constituídos no grupo das vinte maiores economias do Sul global, o G-20 se destacou por sua unidade na temática referente à liberalização dos mercados agrícolas e o fim dos subsídios existentes nos países centrais, mesmo com as pressões promovidas pelos Estados Unidos através dos seus Tratados de Livre Comércio (TLC) – levando à desistência de Peru e Colômbia<sup>42</sup>.

O início do século XXI se mostrava bastante ativo no desenvolvimento de novas agendas de debates, resgatando o discurso da solidariedade Sul-Sul para uma ordem internacional mais justa.

---

39 OLIVEIRA, op. cit., p. 6.

40 São eles: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Filipinas, Tanzânia, Tailândia, Venezuela, Zimbábue.

41 VEIGA, Pedro da Motta. “A Política Comercial do Governo Lula: continuidade e inflexão”. *Latin American Trade Network*, 19, pp. 01-09, 2005.

42 OLIVEIRA, op. cit.; VEIGA, op. cit.; OLIVEIRA, ONUKI, OLIVEIRA, op. cit.



Do discurso do anti-imperialismo dos anos 1950, as relações Sul-Sul adotaram como mantra, no século XXI, a parceria para o desenvolvimento e o combate à fome e à pobreza, tendo o Brasil um destaque central nesse novo contexto. O Brasil era governado nessa época por um proletário (extornteiro mecânico), Lula da Silva, que influenciou de forma contundente a política internacional brasileira devido a sua visão de mundo mais à esquerda, em que percebia como essencial o aprofundamento das relações Sul-Sul como mecanismo de prover maior autonomia aos “países em desenvolvimento”.

### **À guisa de conclusão: diferenças, desafios e limites da cooperação Sul-Sul na atualidade**

O atual século foi marcado, dessa forma, por um intenso processo de aproximação entre os países do Sul, resgatando a solidariedade afro-asiática dos anos 1950 e a tricontinental dos anos 1960, com os devidos resguardos contextuais históricos-políticos. Mesmo com todo o aprofundamento nas relações Sul-Sul durante a última década, houve um nítido arrefecimento das relações Sul-Sul, devido às mudanças bruscas de governos e seus espectros ideológicos, assim como o retorno do receituário neoliberal como única alternativa possível para o desenvolvimento das nações periféricas – visando, mais uma vez, o Norte global como a miragem a ser alcançada.

Há muito que se compreender sobre o processo, fugindo das análises hegemônicas baseadas na *realpolitik* sobre o porquê da intensificação da cooperação Sul-Sul. Falar das relações Sul-Sul é ter em mente a diversidade de atores agindo na política internacional e a heterogeneidade interna desses países, com diferenças estruturais a níveis econômico, político, social e cultural, das quais é sempre preciso levar em consideração para não se reproduzir uma concepção que reduza a complexidade do Sul global.

Uma das características principais no discurso da cooperação Sul-Sul é a afirmação categórica da não existência de condicionalidades macroeconômicas, resgatando os pressupostos defendidos em Bandung de respeito à soberania nacional e às políticas domésticas de cada nação, em que utilizam o termo “parceiro de desenvolvimento” (*development partner*)<sup>43</sup> (em detrimento do termo “doador”, comumente utilizado pelos países centrais em referência a cooperação Norte-Sul. De acordo com Chatuverdi o termo doador “é geralmente ligado com o passado colonial e as economias emergentes preferem evitar tal terminologia por razões políticas e diplomáticas”<sup>44</sup>.

Enquanto a lógica de assistência existente nas relações Norte-Sul advém de uma ideia altruística de caridade, no caso Sul-Sul se baseia o princípio da solidariedade e do jogo de soma positiva, conhecido como “ganha-ganha” (*win-win*) – princípio exaltado na Conferência de

---

43 CHATUVERDI, op. cit., 22.

44 CHATUVERDI, op. cit., 22.

Bandung<sup>45</sup>. Tendo em vista a diferença entre as lógicas altruísticas de caridade e da solidariedade, Eduardo Galeano afirmou

À diferença da solidariedade, que é horizontal e se exerce de igual a igual, a caridade se pratica de cima para baixo, humilha aquele que a recebe e jamais altera nem um pouquinho as relações de poder: no melhor dos casos, alguma vez fará justiça, mas no alto céu. Aqui na terra, a caridade não perturba a injustiça. Só se propõe a diminuí-la<sup>46</sup>.

O discurso, assim como algumas práticas da cooperação Sul-Sul, provocaram mudanças nas estruturas de tomadas de decisões na política internacional – como vimos através da OMC, da ONU, entre outros temas das relações internacionais – devido à forte adesão dos países do Sul global, muitos deles com intuito de diminuir a dependência econômica por assistência internacional dos países centrais. Mesmo com todas as contradições que a cooperação Sul-Sul possa carregar no seu cerne, tendo em vista que os países reproduzem as lógicas inerentes ao sistema-mundo capitalista, ou seja, de maximização de ganhos econômicos e políticos, a CSS teve (e continua a ter) peculiaridades positivas<sup>47</sup>.

A exemplo disso, países como China, Índia e Brasil alocaram, durante os primeiros 15 anos do século XXI, grande parte de seus recursos na cooperação técnica, abarcada pela capacitação de recursos humanos e transferência técnica-tecnológica. No caso mais específico da China e Índia, esses dois países investiram parte de seu *know-how* em capacitação de recursos humanos, das quais mais de dez mil pessoas, no caso chinês, e três mil pessoas, no caso indiano, foram capacitadas todos os anos, vindas principalmente dos países do Sul global<sup>48</sup>.

Falar de cooperação Sul-Sul é compreender todas as variáveis existentes entre os diversos atores e toda a complexidade estrutural doméstica – que influencia sobremaneira as tomadas de decisões de política externa – visando uma análise mais aprofundada e detalhada que não leve a respostas simplistas e binárias, entre bem/mal, certo/errado e solidário/impositivo. As nuances

---

45 CHATUVERDI, op. cit.

46 GALEANO, Eduardo. *Patatas Arriba: la escuela del mundo al revés*. Patagônia: Sombrayesen Editores, 2009. p. 253.

47 Em muitos casos, a Cooperação Sul-Sul acaba por reproduzir lógicas e condicionalidades praticadas pelos países centrais, impondo certas condicionalidades em troca de cooperação. Cooperação a partir de investimento de capitais para infraestrutura é um dos exemplos mais consistentes da reprodução dos ideais imperiais, em que o país recipiendário é condicionado a comprar serviços, bens e capitais de empresas do país "parceiro". Países como Brasil (antes de se fechar às relações Sul-Sul, com o impeachment de 2016), Índia e China utilizam a modalidade de investimentos infraestruturais feitos por seus bancos estatais para os países periféricos, como política de expansão do comércio exterior e de serviços de suas empresas nacionais. Essa política acaba por reproduzir as assimetrias de poder nas relações internacionais, impondo um modelo de dependência de recursos e serviços externos ao país receptor, não se diferenciando ao que Nkrumah chamava de neocolonialismo, com a única diferença de essa política estar sendo praticada, hoje, por países que vivenciaram a exploração colonial e a exclusão das tomadas de decisão no sistema mundo moderno ocidental.

48 BURGESS, Sean. "Desenvolvendo a Partir do Sul: Cooperação Sul-Sul no Jogo de Desenvolvimento Global". *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.1, n.2, p.237-263, 2012.

existentes nas políticas de cooperação devem ser bem avaliadas, pondo em perspectiva a questão do Estado e toda a sua variedade de atores, assim como das políticas domésticas implementadas pelas elites nacionais, que reverberam sobremaneira na política internacional de seu respectivo Estado, acabando por impor determinadas formas de se ver, posicionar e agir no mundo – seja aprofundando a ideia de solidariedade Sul-Sul, seja tentando mirar o Norte global como “norte”.

Portanto, cabe a nós, enquanto sociedade da periferia do sistema-mundo moderno nos questionarmos que caminho queremos traçar para um real desenvolvimento social, político e econômico em nossos contextos. Há que se construir uma nova política, que leve em perspectiva as capacidades humanas na sua totalidade, onde o Capital não seja o fim em si mesmo. Renegar ou não permitir o diálogo com a sociedade e os movimentos sociais existentes nela é promover, mesmo que implicitamente, a imposição de ideias e a possibilidade de grupos de interesses de se apoderarem de tais políticas, pela ausência da sociedade nos debates e na construção dos programas/projetos. Como afirmou Frantz Fanon, “o futuro deve ser uma construção sustentável do homem existente. Esta edificação se liga ao presente, na medida em que o coloco como algo a ser superado”<sup>49</sup>.

## Referências bibliográficas

ASIAN-AFRICAN CONFERENCE. “Address given by Sukarno (Bandung, 18 April 1955)”. Em: **Asia-Africa speak from Bandung**. Jakarta: Ministry of Foreign Affairs, Republic of Indonesia, 1955.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “As políticas neoliberais e a crise na América do Sul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 45, n. 2, 2002.

BIER, Laura. “Feminism, Solidarity, and Identity in the Age of Bandung: Third World Women in the Egyptian Women’s Press”. Em: Lee, Christopher J. *The Bandung Moment and Its Political Afterlives*. Ohio: Ohio University, 2010.

BURGES, Sean. “Desenvolvendo a Partir do Sul: Cooperação Sul-Sul no Jogo de Desenvolvimento Global”. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.1, n.2, p.237-263, 2012.

CARMODY, Pádraig. *The Rise of the BRICS in Africa: the geopolitics of South-South relations*. London/New York: Zed Books, 2013.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre el Colonialismo*. Madrid: Akal, 2006.

CHATUVERDI, Sachin. “Development cooperation: counters, evolution and scope”. Em: CHATUVERDI, Sachin; FUES, Thomas; SIDIROPOULOS, Elizabeth (Eds) (2012) *Development*

49 FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 29.

- Cooperation and Emerging Powers: New Partners or Old Partners?* London/New York: Zed Books, 2012.
- DIOP, Majhemout. “A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português”. In: MAZRUI, Ali A. *História Geral da África: África desde 1935*. v. 8, Brasília: Unesco, 2010.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GALEANO, Eduardo. *Patas Arriba: la escuela del mundo al revés*. Patagônia: Sombraysen Editores, 2009. p. 253.
- LEE, Christopher J (Ed.). *Making a World After Empire: The Bandung Moment and Its Political Afterlives*. Ohio: Ohio University Press, 2010.
- LOPES, Carlos. “Crescimento económico e desigualdade: As novidades pós-Consenso de Washington”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 94, 2011.
- M’BOKOLO, Elikia (2011), *África negra: história e civilizações*. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas. Tomo II.
- MILANI, Carlos. “APRENDENDO COM A HISTÓRIA: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul”. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, 2012.
- OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. “Alianças e Coalizões Internacionais do Governo Lula: o Ibas e o G-20”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 08, nº 02, pp. 55-69, 2005.
- OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel de. “Multilateralismo: Brasil, Índia e África do Sul”. *Contexto Internacional*, vol. 28, nº 02, pp. 465-504, 2006.
- PRASHAD, Vijay. *The Darker Nations: A People’s History of the Third World*. London/New York: The New Press, 2007.
- TRINDADE, Antônio Caçado. “As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional”. *Revista de Informação Legislativa*, nº 81, 1984.
- VEIGA, Pedro da Motta. “A Política Comercial do Governo Lula: continuidade e inflexão”. *Latin American Trade Network*, 19, pp. 01-09, 2005.